



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Economia religiosa

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
 - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
 - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
 - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
 - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
-
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
-
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
-
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
-
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
 - (B) 54.
 - (C) 50.
 - (D) 44.
 - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1ª pessoa: sala I

2ª pessoa: sala III

3ª pessoa: sala II

4ª pessoa: sala IV

5ª pessoa: sala I

6ª pessoa: sala V

7ª pessoa: sala II

A partir da 8ª pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496ª pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
 - (B) IV.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1º de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
 - (B) terça-feira.
 - (C) quarta-feira.
 - (D) quinta-feira.
 - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.
-
15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,
- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
 - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
 - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
 - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
 - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
-
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
 - (B) da delegação de competências.
 - (C) da coordenação intersetorial de programas.
 - (D) do planejamento estratégico situacional.
 - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
-
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
 - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
 - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
 - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
 - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
 - (B) I e III.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) III, IV, e V.
 - (E) II e IV.
-
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
 - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
 - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
 - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
 - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
-
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
 - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
 - (C) o consenso acima do conflito.
 - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
 - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Os direitos sociais reconhecidos aos trabalhadores pela Constituição Federal
- (A) estabelecem que é obrigatória a remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal.
 - (B) aplicam-se apenas às relações de trabalho urbanas, já que os trabalhadores rurais são regidos por legislação específica.
 - (C) determinam que é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
 - (D) são normas programáticas e, portanto, desprovidas de eficácia jurídica, dependendo da discricionariedade do Administrador Público para que se concretizem.
 - (E) asseguram que é livre a associação sindical, sendo permitida a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
-
22. Rodolfo, com 18 anos de idade, deseja, pela primeira vez, concorrer para o cargo de Vereador em Município que pertence ao mesmo Estado no qual seu pai é Deputado Estadual. Neste caso, segundo a Constituição, Rodolfo
- (A) poderá concorrer ao pleito, mas, se vencer as eleições, seu pai não poderá se reeleger no mesmo Estado de jurisdição do filho.
 - (B) não poderá concorrer ao pleito, pois incide em caso de inelegibilidade reflexa pelo fato de seu pai ser Deputado Estadual no mesmo território de jurisdição em que deseja se eleger.
 - (C) não poderá concorrer ao pleito, pois não possui idade suficiente para se eleger Vereador.
 - (D) poderá concorrer ao pleito desde que seu pai renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá concorrer ao pleito, pois possui idade suficiente para se eleger Vereador e não incide em caso de inelegibilidade reflexa em relação a seu pai.
-
23. Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal considerou que o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) cuida de matéria que se insere dentre as competências concorrentes, na medida em que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Nesse sentido, no âmbito da competência concorrente, o Estatuto de Defesa do Torcedor estabelece normas
- (A) suplementares.
 - (B) remanescentes.
 - (C) interventivas.
 - (D) gerais.
 - (E) complementares.
-
24. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá
- (A) suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
 - (B) requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência.
 - (C) solicitar, perante o Tribunal Superior do Trabalho, após a contestação do réu, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência quando a violação decorrer de relação de trabalho.
 - (D) suscitar, perante a Justiça Federal, após a contestação do réu, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) requerer, perante o Tribunal Superior do Trabalho, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça do Trabalho quando a violação decorrer de relação de trabalho.
-
25. João, brasileiro naturalizado, com 62 anos de idade, é nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Presidente da República, depois de aprovada sua escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional. João não era juiz de carreira, atuava como advogado trabalhista e lecionava em uma Faculdade de Direito. A arguição pública a que fora submetido comprovou que tinha notável saber jurídico e reputação ilibada. Desta hipótese, conclui-se que o processo para a nomeação de João
- (A) cumpriu os requisitos constitucionais exigidos para essa finalidade.
 - (B) cumpriu os requisitos constitucionais exigidos para essa finalidade, exceto quanto ao fato de João não ser juiz de carreira.
 - (C) não cumpriu os requisitos constitucionais exigidos para essa finalidade no tocante à condição de nacionalidade de João e ao órgão que aprovou sua escolha.
 - (D) não cumpriu os requisitos constitucionais exigidos para essa finalidade no tocante à condição de nacionalidade, profissão e idade de João, nem ao órgão que aprovou sua escolha.
 - (E) cumpriu os requisitos constitucionais exigidos para essa finalidade, exceto quanto ao órgão que aprovou sua escolha.

**Noções de Direito do Trabalho**

26. Com relação às Fontes do Direito do Trabalho, considere:

- I. A Lei Ordinária que prevê disposições a respeito do 13^o salário é uma fonte material autônoma.
- II. As fontes heterônimas decorrem do exercício da autonomia privada, ou seja, sujeitos distintos do Estado possuem a faculdade de editar.
- III. O contrato individual de emprego é uma fonte autônoma.
- IV. A Convenção Coletiva de Trabalho é uma fonte autônoma.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

27. Afrodite trabalha em posto de revenda de combustível líquido, possuindo contato permanente com líquidos combustíveis. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ela terá direito ao adicional de

- (A) insalubridade correspondente a 25% sobre o seu salário base.
- (B) periculosidade correspondente a 25% sobre o seu salário base.
- (C) periculosidade correspondente a 20% sobre o seu salário base.
- (D) insalubridade correspondente a 40, 20 ou 10% sobre o seu salário mínimo.
- (E) periculosidade correspondente a 30% sobre o seu salário base.

28. Em Fevereiro de 2012, Artêmis e Hera, empregadas da empresa "XX", receberam aviso prévio de rescisão injustificada de contrato individual de trabalho por prazo indeterminado. Considerando que Artêmis possuía três anos de serviço na empresa "XX" e Hera dez anos, elas terão direito ao Aviso Prévio de

- (A) 30 dias.
- (B) 45 dias.
- (C) 33 dias e 51 dias, respectivamente.
- (D) 36 dias e 57 dias, respectivamente.
- (E) 39 dias e 60 dias, respectivamente.

29. Clodoaldo, empregado da empresa "VV" há cinco anos, forneceu informação falsa quanto às suas necessidades de deslocamento de sua residência para o seu local de trabalho, visando receber maiores vantagens a título de vale transporte. Neste caso, Clodoaldo

- (A) praticou falta grave passível de rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa, em razão da prática de ato de incontinência de conduta.
- (B) praticou falta grave passível de rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa, em razão da prática de ato de improbidade.
- (C) praticou falta grave passível de rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa, em razão da prática de ato de insubordinação.
- (D) praticou falta grave passível de rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa, em razão da prática de ato de indisciplina.
- (E) não praticou falta grave passível de rescisão de seu contrato de trabalho, mas deverá receber punição disciplinar em razão da conduta descrita.

30. No lojinha "Xérox e companhia" trabalham desde 2008 apenas duas empregadas, Loira e Linda, que são, respectivamente, mãe e filha. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Loira e Linda

- (A) não terão direito de gozar férias no mesmo período, em razão do evidente prejuízo para o serviço.
- (B) terão direito de gozar férias no mesmo período uma vez que são membros da mesma família.
- (C) só terão direito de gozar férias no mesmo período quando completarem cinco anos de serviço para a mesma empresa.
- (D) só terão direito de gozar férias no mesmo período se Linda for estudante de ensino médio ou superior.
- (E) só terão direito de gozar férias no mesmo período se Loira possuir mais de sessenta anos de idade.



31. Com relação ao Grupo Econômico, considere:
- I. O Grupo Econômico não se caracteriza, necessariamente, pela natureza das sociedades que o integram.
 - II. O Grupo de Empresas pode não ter personalidade jurídica e existir de fato.
 - III. A sociedade de economia mista, as entidades beneficentes e os sindicatos podem fazer parte de um grupo econômico.
 - IV. É possível a soma do tempo de serviço prestado para as diversas empresas do grupo para efeito de férias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

32. Branca Pink, empregada da empregada "T" obteve a guarda judicial da menor Soraya de 7 anos de idade para fins de adoção. Neste caso, segundo a Consolidação das Leis Trabalhista, Branca Pink

- (A) terá direito a 60 dias de licença-maternidade.
- (B) não terá direito à licença maternidade em razão da adoção e não da gestação.
- (C) não terá direito à licença maternidade em razão da adoção de menor com mais de cinco anos de idade.
- (D) terá direito a 120 dias de licença-maternidade.
- (E) terá direito a 30 dias de licença-maternidade.

Noções de Direito Administrativo

33. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação
- (A) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica ou opinião pública.
 - (B) contratação de serviços de publicidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado.
 - (C) para aquisição de bens produzidos por um único fabricante de marca de preferência da Administração.
 - (D) contratação de profissional de notória especialização, dispensando-se, nesse caso, a comprovação da singularidade do objeto.
 - (E) aquisição ou alienação de obras de arte ou venda de bens adjudicados em processo judicial.
34. De acordo com a Lei nº 10.520/2002, que trata da modalidade licitatória pregão,
- (A) o pregoeiro poderá interromper a fase de lances caso verificada que a menor proposta atingiu redução superior a 20% do valor de referência.
 - (B) a fase da negociação com o autor da melhor proposta inicia-se após a verificação do atendimento das condições de habilitação previstas no edital.
 - (C) no curso da sessão o autor da melhor oferta e daquelas com preços até 10% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
 - (D) encerrada a fase competitiva, se a oferta melhor classificada não for aceitável ou o seu autor desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances chamando os 3 licitantes melhor classificados.
 - (E) declarado o vencedor do certame, será aberto o prazo de 8 dias para interposição de recursos, que suspenderá a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

35. No curso da execução de contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/1993 para a construção de uma rodovia, identificou-se a necessidade de alteração do projeto inicial para melhor adequação técnica. A alteração importou majoração dos encargos do contratado, em relação àqueles tomados por base para o oferecimento de sua proposta na fase de licitação. Diante dessa situação, a Administração contratante
- (A) poderá alterar unilateralmente o contrato, desde que a alteração do projeto não importe acréscimo de mais de 50% do objeto.
 - (B) poderá alterar o contrato de forma consensual com o contratado, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro, que não poderá superar 25% do valor do contrato.
 - (C) poderá alterar unilateralmente o contrato, sem necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, que somente é devido nas hipóteses de álea econômica extraordinária.
 - (D) poderá alterar unilateralmente o contrato, reestabelecendo o seu equilíbrio econômico-financeiro por aditamento contratual.
 - (E) somente poderá alterar o contrato se contar com a concordância do contratado e assegurado o seu reequilíbrio econômico-financeiro.



36. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público sujeita-se à penalidade de
- (A) advertência, aplicada verbalmente, no caso de ausentar-se do serviço sem autorização do chefe imediato.
 - (B) suspensão, no caso de reincidência de faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 dias.
 - (C) suspensão, de até 60 dias, quando recusar-se, injustificadamente, a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
 - (D) demissão, no caso de opor resistência injustificada ao andamento de processo ou execução de serviço.
 - (E) cassação de aposentadoria na hipótese de prática, na inatividade, de falta punível com pena de demissão.
-
37. A interdição de estabelecimento comercial privado por autoridade administrativa constitui exemplo do exercício do poder
- (A) disciplinar.
 - (B) regulamentar.
 - (C) normativo.
 - (D) hierárquico.
 - (E) de polícia.
-
38. A respeito das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata, é correto afirmar que se aplica
- (A) leilão, para alienação de bens móveis inservíveis para a Administração, independentemente do valor.
 - (B) pregão, para alienação de bens móveis adquiridos pela Administração em procedimento judicial.
 - (C) concurso, para a contratação de obras e serviços de engenharia de alta complexidade.
 - (D) leilão, para alienação de bens apreendidos ou penhorados, desde que avaliados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (E) concurso, para escolha de trabalho científico ou artístico, vedada a instituição de prêmio.
-
39. No que diz respeito a convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) é sempre possível, por razões de interesse público, independentemente da natureza do vício.
 - (B) alcança atos que apresentem defeitos sanáveis, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
 - (C) é obrigatório quando se trata de vício sanável, não podendo, contudo, retroagir seus efeitos à edição do ato convalidado.
 - (D) é facultativa nos casos de vício de forma e de finalidade, retroagindo seus efeitos à data do ato convalidado.
 - (E) somente é possível nas hipóteses de vícios de forma, retroagindo seus efeitos à data de edição do ato convalidado.
-

Administração Pública

40. Na estrutura organizacional de tipo linear
- (A) a autoridade é baseada na especialização e no conhecimento, e não na hierarquia.
 - (B) entre o superior e os subordinados existem linhas diretas e únicas de autoridade e responsabilidade.
 - (C) os órgãos de linha estão diretamente relacionados com os objetivos vitais da empresa.
 - (D) a hierarquia é flexível e mutável, capaz de se adaptar rapidamente às necessidades de cada projeto.
 - (E) combinam-se a departamentalização funcional e por projeto, sacrificando o princípio da unidade de comando.



41. Com relação às convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, considere as afirmativas a seguir.
- I. As empresas devem suas receitas aos seus clientes. Os governos têm os tributos como fonte exclusiva de receita.
 - II. Os clientes só pagam às empresas se comprarem seus produtos, mas pagam ao governo mesmo que não estejam "consumindo" seus serviços.
 - III. As empresas normalmente operam em um ambiente competitivo (seus clientes podem trocar de fornecedor se não estiverem satisfeitos), já os governos sempre operam por meio de monopólios.
 - IV. Os cidadãos controlam o governo por meio das eleições, já as empresas privadas são controladas pelo mercado.
 - V. A Administração Pública só pode fazer o que estiver autorizado em lei, enquanto o gestor privado pode fazer tudo que não estiver proibido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) II, III, IV e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) II e V.
-
42. A gestão adequada para evitar a difusão de boatos que distorcem as mensagens entre a direção e os níveis intermediários de gestão deve focar prioritariamente os fluxos de informação
- (A) laterais ou horizontais.
 - (B) verticais ascendentes.
 - (C) verticais descendentes.
 - (D) formais impressos.
 - (E) formais eletrônicos.

-
43. As redes organizacionais se caracterizam por
- (A) enfatizar a especialização do conhecimento por meio de estruturas matriciais.
 - (B) possuir mecanismos de controle formais, orientados por comandos hierárquicos claramente individualizados.
 - (C) priorizar interações interindividuais, segmentadas e orientadas para o curto prazo.
 - (D) funcionar por meio de mecanismos de coordenação linear e vertical.
 - (E) constituir unidades interdependentes orientadas para identificar e solucionar problemas.

-
44. Na gestão de desempenho em órgãos públicos deve-se focalizar prioritariamente
- (A) a autonomia do órgão na definição de sua missão e objetivos gerais.
 - (B) a racionalização dos processos e redução de custos.
 - (C) a compatibilização das metas e objetivos do órgão com o interesse público.
 - (D) a compatibilização dos processos administrativos com relação aos controles formais.
 - (E) o isolamento do órgão em face dos interesses sociais que procuram influenciá-lo.

-
45. Na gestão de pessoas no setor público deve-se utilizar os quadros terceirizados em
- (A) funções com pouca interação com o público.
 - (B) atividades-meio de caráter auxiliar.
 - (C) funções técnicas que exigem frequente atualização.
 - (D) atividades-fim com baixa complexidade técnica.
 - (E) cargos com elevada rotatividade.

**Noções de Contabilidade Pública**

46. A Prefeitura ABC apresentou as seguintes informações relativas a Receitas e Despesas:

Em R\$ (mil)

- IPTU vencido em 2011 recebido em 2012 10.000,00
- ISS de 2012 recebido em 2012 20.000,00
- Despesa empenhada em 2011 e paga em 2012..... 15.000,00
- Despesa empenhada em 2012 e paga em 2012..... 5.000,00

Com base nessas informações e de acordo com o regime contábil misto, o resultado do exercício de 2012 foi, em R\$ (mil),

- (A) 5.000,00
- (B) 10.000,00
- (C) 15.000,00
- (D) 20.000,00
- (E) 25.000,00

47. Restos a Pagar Processado refere-se a despesa

- (A) empenhada, paga, mas ainda não liquidada.
- (B) empenhada, liquidada, mas ainda não paga.
- (C) empenhada, liquidada e paga.
- (D) empenhada, em liquidação e paga.
- (E) extraorçamentária a pagar.

Instruções: Com base nos dados do Balanço Orçamentário da entidade Vale Norte, de 31.12.2011, abaixo, responda às questões de números 48 e 49.

Em R\$ (mil)

Receita				Despesa			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	119.995.600,00	120.736.000,00	740.400,00	Créditos	129.495.600,00	122.442.000,00	(7.053.600,00)
Receita Patrimonial	2.000,00	516.000,00	514.000,00				
Receita de serviços	3.000,00	0,00	(3.000,00)				
Transf. Correntes	119.980.600,00	119.280.000,00	(700.600,00)				
Outras Rec. Correntes	10.000,00	940.000,00	930.000,00	Orçam. e Suplement.	129.451.600,00	122.400.000,00	(7.051.600,00)
Receitas de Capital	9.500.000,00	0,00	(9.500.000,00)	Especiais	44.000,00	42.000,00	(2.000,00)
Transf. de Capital	9.500.000,00	0,00	(9.500.000,00)				
Soma	129.495.600,00	120.736.000,00	(8.759.600,00)	SOMA	129.495.600,00	122.442.000,00	(7.053.600,00)
Déficits	0,00	1.706.000,00	1.706.000,00	Superávits			
Total	129.495.600,00	122.442.000,00	(7.053.600,00)	TOTAL	129.495.600,00	122.442.000,00	(7.053.600,00)

48. A economia orçamentária apurada pela entidade Vale Norte, em R\$ (mil), era:

- (A) 1.706.000,00
- (B) 7.053.600,00
- (C) 8.759.600,00
- (D) 122.442.000,00
- (E) 129.495.600,00



49. A arrecadação das Receitas Correntes apresentou

- (A) excesso de arrecadação.
- (B) insuficiência de arrecadação.
- (C) economia orçamentária.
- (D) superávit financeiro.
- (E) superávit patrimonial.

50. Em relação às Demonstrações Contábeis, considere:

- I. O Saldo Patrimonial é evidenciado no Balanço Patrimonial.
- II. O principal objetivo da Demonstração das Variações Patrimoniais é demonstrar a movimentação financeira do disponível.
- III. A movimentação extra-orçamentária é evidenciada no Balanço Orçamentário.
- IV. O resultado patrimonial de cada exercício é incorporado ao saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Noções de Orçamento Público

51. O Princípio Orçamentário que determina a inclusão na Lei Orçamentária Anual de todas as receitas e despesas orçamentárias é o da

- (A) Competência.
- (B) Unidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Universalidade.
- (E) Anualidade.

52. Em relação ao Plano Plurianual, considere:

- I. Lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- III. Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual estabelece as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e das operações de créditos para as despesas de capital.
- IV. Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.



53. No Anexo de Metas Fiscais, parte integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, estão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. O Anexo de Metas Fiscais contém
- (A) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita nos últimos três exercícios.
 - (B) avaliação da situação financeira e atuarial nos últimos três exercícios.
 - (C) avaliação do cumprimento da execução financeira relativa aos últimos três exercícios.
 - (D) evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios.
 - (E) reserva de contingências nos últimos três exercícios.

54. A prefeitura ABC precisa executar no exercício de 2012 uma despesa orçamentária relativa a Obras NÃO incluída na Lei Orçamentária do referido exercício. A prefeitura deverá utilizar o crédito adicional
- (A) de fixação.
 - (B) suplementar.
 - (C) extraordinário.
 - (D) adicional.
 - (E) especial.

55. Os dados a seguir foram obtidos do Estado Riacho Verde em 31.12.2011:

	Em R\$ (mil)
Fixação do Crédito Especial	10.000,00
Execução do Crédito Especial.....	7.000,00
Ativo Financeiro.....	50.000,00
Passivo Financeiro	5.000,00
Previsão da Receita.....	90.000,00
Execução da Receita.....	110.000,00

Com base nessas informações e considerando os recursos para a abertura de créditos adicionais, é fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte a 2011

- (A) o superávit financeiro de R\$ (mil) 45.000,00.
- (B) o excesso de arrecadação de R\$ (mil) 20.000,00.
- (C) a economia orçamentária de R\$ (mil) 7.000,00.
- (D) a insuficiência de arrecadação de R\$ (mil) 3.000,00.
- (E) o déficit financeiro de R\$ (mil) 45.000,00.

**Administração de Recursos Humanos**

56. Nos modelos contemporâneos de gestão de pessoas enfatiza-se
- (A) o controle centralizado e hierárquico.
 - (B) a orientação para os processos.
 - (C) as vantagens colaborativas.
 - (D) a necessidade de certeza.
 - (E) a informação segmentada.
-
57. O gestor de recursos humanos orientado para a construção de uma organização competitiva, quando focado no envolvimento das pessoas prioriza
- (A) a reengenharia dos processos da organização.
 - (B) o provimento de recursos aos funcionários para incentivar contribuições.
 - (C) o diagnóstico organizacional alinhado à estratégia empresarial.
 - (D) a melhoria da infraestrutura da empresa.
 - (E) o aperfeiçoamento das estratégias de recursos humanos.
-
58. O principal limite a uma adequada gestão das pessoas no setor público brasileiro é
- (A) o controle total das elites patrimonialistas sobre as carreiras de Estado no âmbito do governo federal.
 - (B) a falta de estruturas de cargos e carreiras nos órgãos voltados para a gestão e planejamento de recursos humanos no governo federal.
 - (C) a inexistência de uma política salarial e de incentivos ao desempenho dos níveis gerenciais.
 - (D) a rigidez da estrutura de cargos e carreiras e a complexidade da legislação de pessoal no setor público brasileiro.
 - (E) o clientelismo e a corrupção nas funções operacionais e nos quadros terceirizados da administração pública em todas as esferas de governo.
-
59. No processo de gestão da mudança, no setor público, deve-se estar atento, principalmente,
- (A) às resistências individuais resultantes do sentimento de insegurança das pessoas.
 - (B) aos grupos insatisfeitos com as mudanças tecnológicas necessariamente associadas à mudança organizacional.
 - (C) à influência de grupos de interesse econômicos sobre os dirigentes da organização.
 - (D) à falta de sentido ético dos servidores com relação à missão principal da organização.
 - (E) às resistências coletivas baseadas no apego à cultura organizacional.
-
60. Para que seja factível utilizar indicadores de desempenho no processo de avaliação de um órgão público é imprescindível, em primeiro lugar,
- (A) elaborar um projeto de serviço mensurável tanto por indicadores qualitativos como quantitativos.
 - (B) estabelecer relações precisas entre o conjunto de indicadores existentes tanto quantitativos como qualitativos.
 - (C) diferenciar claramente os indicadores qualitativos dos quantitativos e priorizar os primeiros.
 - (D) superar a indeterminação na mensuração de atividades governamentais, geralmente avaliadas por critérios subjetivos.
 - (E) evitar o uso de indicadores quantitativos, frequentemente manipulados para fins de privatização do setor público.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

([http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec](http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec))

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	